

# O cooperativismo como instrumento próprio à inclusão sócio-econômica<sup>1</sup>

Emerson Fontana<sup>2</sup>, Mateus Braga Valbom, Marlon Minto de Sousa, Simone S. Gonçalves, Vinicius S. Barbosa

Recibido: 10.06.10  
Aceptado: 7.07.10

---

**Sumário:** 1. Introdução; 2. Referencial teórico; 2.1. O Cooperativismo como instrumento de inclusão sócio-econômica; 2.2. Da origem e desenvolvimento histórico do Cooperativismo ao nascimento formal da primeira Sociedade Cooperativa; 2.3. O Cooperativismo no Brasil; 2.4. Do desígnio Cooperativo como propriedade para o desenvolvimento sócio-econômico à finalidade da Sociedade Cooperativa; 2.5. O Cooperativismo enquanto forma de empreendedorismo; 3. A título de conclusão: o Cooperativismo no processo de globalização e o papel administração na sociedade cooperativa; Referências.

**Resumo:** O presente trabalho discorre sobre o Cooperativismo como elemento próprio à inclusão sócio-econômica. Para tanto, se discorre pelas origens do Cooperativismo, apresentando o momento de surgimento da primeira sociedade cooperativa constituída formalmente. Posteriormente se percorre pelo desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil, até situar-se a pretensão transformadora da sociedade cooperativa. Finalmente, e depois de apresentar-se o cooperativismo como forma de empreendedorismo, se situa o Cooperativismo no contexto da globalização, perpassando-se pelo papel da administração na sociedade cooperativa.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Inclusão sócio-econômica; Globalização.

**Abstract:** This article presents the Cooperative as a proper element to the socio economic. To this end, goes through the origins of Cooperatives, performing the lap time of emergence of cooperative formed first formally. Then he goes through the development of Brazil, to present the claim for conversion of the cooperative. Finally, after introducing the cooperative as a way of entrepreneurship, is situated the Cooperative in the context of globalization, introducing the role of the administration of the Cooperative.

**Keywords:** Cooperative; Insertio Socio-economic; Globalization.

---

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido sob a orientação do Professor Doutor José Eduardo Miranda.

<sup>2</sup> Acadêmicos do Curso de Administração do Centro Universitário São Camilo-ES.

## 1. Introdução

Atualmente, mais do que em outras épocas, e independente do âmbito, o associativismo se mostra como tema da ordem do dia. A razão é clara... O Homem, também agora no apogeu do século XXI, carece do alcance de determinados fins indispensáveis à sua subsistência no mundo, e necessita de meios superiores aos recursos intrínsecos à sua atuação individual.

O Homem se associa quando percebe que suas forças individuais são impróprias para enfrentar o concorrente; se associa quando o exercício de sua atividade prescinde meios superiores aos do labor impessoal. O ato de associar-se se mostra necessário como frente às dificuldades sócio-econômicas que se apresentam insuperáveis à ação isolada do indivíduo.

Fortalecida pela aspiração social, a Cooperação se baseia na solidariedade dos Homens, na contribuição do esforço de todos que almejam uma transformação de vida, de meio, de fim. A Cooperação, consolidada pelo Cooperativismo enquanto sistema de ação organizada, tem o objetivo de conferir aos indivíduos melhorias nas condições sócio-econômicas, mediante a união de esforços e o emprego de meios de ação coletiva, sob o regime de gestão direta e democrática que supprime a intervenção autocrática.

É neste sentido que se fará uma abordagem do Cooperativismo como instrumento próprio à inclusão sócio-econômica. Para tanto, necessário discorrer pelo transcurso histórico, pelo desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil, e, sobretudo, do Cooperativismo como ação empreendedora.

## 2. Referencial Teórico

A partir desse tópico será realizada uma abordagem sobre a história do Cooperativismo e seu poder de transformação socio-econômica, e, bem assim, a forma pela qual a Sociedade Cooperativa passou a influenciar como alternativa de inclusão econômica e social.

### 2.1. *O Cooperativismo como instrumento de inclusão sócio-econômica*

A ânsia por conseguir trabalho, alimento, segurança e progresso se faz presente na consciência humana desde o surgimento do mais remoto Homem. As diferentes crises do Estado e o desalento do capita-

lismo maduro abafaram o fôlego e a esperança de uma solução própria ao suplante das necessidades de milhões de seres humanos. A busca pela acumulação de benefícios e de riquezas torna-se prática individual, que tanto compromete as relações humanas, como obstrui as possibilidades de desenvolvimento equitativo.

Urge, então, o resgate da confiança recíproca para sobreviver e crescer. Deve-se acreditar na auto-organização do esforço comum e da ajuda mútua.

Mesmo hoje, no auge do século XXI, a alternativa de inclusão sócio-econômica prescinde o equilíbrio entre o que a cada um falta e que não consegue alcançar sozinho, e o encontro com os demais como meio adequado para satisfazer carências iguais, de todos. Uma resposta global contra a fome, à ausência de trabalho, às dificuldades de progresso sócio-econômico, exige o implemento de uma forma de ação que envolva atores isolados, que, obrando coletivamente, suplantem as penúrias individuais, viabilizando o progresso coletivo: eis o Cooperativismo.

## 2.2. *Da origem e desenvolvimento histórico do Cooperativismo ao nascimento formal da primeira Sociedade Cooperativa*

Além das tendências naturais de sociabilidade, o Homem é um ser indigente que não se basta em si mesmo, e sente-se impelido a associar-se aos demais para a defesa de seus interesses e para a satisfação de suas necessidades.

Sob a influência do caráter gregário, do Humano, o Cooperativismo, enquanto forma de ajuda mútua intrínseca ao labor conjunto, se revela como uma prática antiquíssima, e se apresenta, originariamente, como forma de conduta presente no transcurso das diferentes épocas de evolução da humanidade. Divar salienta que «no âmbito familiar, no contexto de tribos e hordas, a sociedade humana primitiva atuou cooperativamente para prover-se dos meios indispensáveis à sua subsistência» (DIVAR, 1985, p. 21), para garantir a segurança de pequenas coletividades, e, inclusive, para implementar processos de comunicação entre os membros de distintos grupos.

O Cooperativismo moderno, por outro lado, é um fenômeno que nasce com o próprio Capitalismo, como reação das massas obreiras e camponesas aos efeitos que emergem da evolução econômica, propulsada a partir da Revolução Industrial.

Ao longo da segunda metade do século XIX, quando as diferentes sociedades do globo aderem à industrialização, e as fábricas martirizam os homens oriundos de diferentes zonas e castas sociais, os trabalha-

dores compreenderam a necessidade de uma profunda transformação sócio-econômica.

Neste sentido, Lasserre ressalta que, «após buscarem a sorte em vão, a classe trabalhadora compreendeu que sua única arma residia na associação formal, organizada sob o manto cooperativo, para permitir que um número reduzido de pessoas encontrasse a força» (LASSERRE, 1980, p. 37).

Sob esta ótica, na Inglaterra do ano de 1844, quando os assalariados atravessavam um período de miserabilidade, um grupo de 28 tecelões fundou, no condado de Rochdale, em Manchester, uma Cooperativa de Consumo, formalmente constituída sob a denominação de Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, e identificada como a primeira Sociedade Cooperativa da história do Cooperativismo (DESROCHE, 1977, p. 37).

### 2.3. *O Cooperativismo no Brasil*

O matiz cooperativo puro já contava com mais de meio século de aplicação quando chegou ao Brasil. Após três tentativas sem sucesso, duas no Paraná e uma em Pernambuco, o Cooperativismo se consolidou no Rio Grande do Sul, por iniciativa do jesuíta suíço Théodor Amstadt. Em reunião celebrada na sede da Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses da Linha Imperial, atual município de Nova Petrópolis, Amstadt lançou a idéia de organização de uma Caixa de Crédito Rural, constituída nos moldes das Caixas Raiffeisen —cooperativas de crédito idealizadas na Alemanha, por Friedrich Wilhelm Raiffeisen— (BE-NEVIDES PINHO, 1987, p. 137).

Não obstante o sucesso da iniciativa em terras gaúchas, o desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil foi lento, especialmente pela falta de um amparo e orientação oficial para a consolidação das primeiras entidades cooperativas.

Neste sentido, Braz de Oliveira destaca (BRAZ DE OLIVEIRA, 1984, p. 36):

A própria legislação cooperativista que temos e o aperfeiçoamento da mesma, custaram o esforço, a luta e a pregação de um pugilo de idealistas, entre os quais se encontravam, nas primeiras décadas do século, homens como Inácio Tosta e Alberto de Menezes, — a quem se deve a primeira Lei, de n.º 1.637, de 1907, mais Manoel Ribas, di Stéfano Paternó, Saturnino Brito, Luciano Pereira, Adolfo Gredilha, Sarandy Raposo, Torres Filho, Waldiki Moura, Monteiro de Barros, o grande Fábio Luz e outros.

A expansão do agir cooperativamente ganhou novo fôlego no território brasileiro somente após o advento da Lei 22.239, de 1932, cujos termos determinaram a necessidade de aplicação, nas Sociedades Cooperativas, dos fundamentos do Cooperativismo puro, nascido em Rochdale. Posteriormente, em 1971, foi editada a Lei 5.764 para definir a Política nacional de Cooperativismo e instituir o regime jurídico das Sociedades Cooperativas. Já, em 1988, a nova e vigente Carta Constitucional assinou, mesmo que superficialmente, precípua apoio do Estado como fonte de estímulo à constituição de Sociedades Cooperativas.

#### 2.4. *Do desígnio Cooperativo como propriedade para o desenvolvimento sócio-econômico à finalidade da Sociedade Cooperativa*

O Cooperativismo nasce como filho natural de uma série de circunstâncias instauradas no seio de vida da sociedade humana, ao longo do tempo. Não se estabelece na medida em que as conjunturas se apresentam negativamente, mas evolui paulatinamente, de acordo com diferentes situações desencadeadas no marco ambiental da sociedade humana, as quais, ao final, determinam a necessidade de os homens associarem-se entre si.

Fruto da Cooperação originária, o Cooperativismo moderno é antigo, universal e evolutivo. Enquanto sistema de empresa e de organização produtiva geral, o Cooperativismo representa o meio mais adequado para dinamizar uma reforma sócio-econômica, sem violência e discriminação, com respeito precípua à integridade física e moral da pessoa humana.

Porquanto elemento de alcance da satisfação das necessidades sociais, e suplante das carências econômicas, o Cooperativismo atende ao clamor das classes que reivindicam uma mais justa distribuição da riqueza; a igualdade de oportunidades; a supressão da mão-de-obra escrava; o sepultamento da exploração de segmentos menos favorecidas; e o equilíbrio entre o valor do capital e do trabalho.

Diante da sede de justiça econômica e de reforma social, necessário se faz o abandono das soluções capitalistas, pela busca de novas alternativas que possibilitem o termo dos que obstruem o desenvolvimento.

Como bem leciona Perez Gracia, «o Cooperativismo pode ser, evidentemente, a solução que se almeja, pois nenhum sistema é capaz de produzir uma mudança tão benéfica, de uma maneira tão suave e profunda» (PEREZ GRACIA, 1975, p. 15). Tanto é assim que, em pureza

técnica, a Sociedade Cooperativa se mostra perfeitamente como forma de empresa. Vista sob o ângulo jurídico, é uma entidade social cujo objeto poderá ser a circulação de toda a sorte de produtos e/ou serviços.

Por conseguinte, e atento ao matiz presente já na constituição da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, as cooperativas nasceram de uma reação contra a falta de alternativas de transformação sócio-econômica (ARANZADI, 1976, p. 42). Desta forma, importante assinalar que, o que distingue uma entidade cooperativa dos demais modelos associativos é o aspecto de ser constituída numa linha vertical ascendente, de baixo para cima, em contraposição aos sindicatos, que são organismos de reivindicação; aos partidos políticos, que interatuam a partir do uso do poder, e das sociedades de capital, que buscam apenas o alcance de um resultado econômico, para divisão entre os sócios.

As Cooperativas, em seu peculiar modo de funcionamento econômico, não possuem relação com as ideologias individual-liberalista ou coletivista, pois representam uma via pragmática de auto-ajuda econômica e social. Seu anti-coletivismo e anti-individualismo representa uma terceira via de reforma sócio-econômica, viabilizando o desenvolvimento de um processo de inclusão coerente e equitativo (MIRANDA e CORRÊA LIMA, 2008, p. 168).

## 2.5. *O Cooperativismo enquanto forma de empreendedorismo*

Partindo-se do princípio de que o «empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos, e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios» CONSTANTINO (2005, p.3), apud FILION (1999 p.19), não há como se ocultar que a constituição de uma Sociedade Cooperativa pressupõe empreendedorismo puro.

Neste sentido, merece realce o fato de que, em não raras situações, o sócio-cooperativista, fora do mercado de trabalho, sem nenhum tipo de emprego formal ou renda substancial, busca uma alternativa de inserir-se no cenário econômico, e, assim, alterar sua situação de vida. Após agregar vontades e interesses, utiliza o modelo Cooperativo para o desenvolvimento de atividades próprias ao incremento de renda e oportunidades.

A exemplo do empreendedor nato, também o cooperado, que «continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação» o desempenho de um papel construtor daquele que ima-

gina e desenvolve visões de negócios CONSTANTINO (2005, p.3), apud FILION (1999 p.19).

Urge, assim, salientar-se que a empresa cooperativa tem o objetivo transformação do indivíduo no seu âmbito social, através de um mecanismo de geração de renda e inclusão na economia local e como consequência, desenvolvimento da economia no ambiente onde se encontra a cooperativa, injetando recursos direta ou indiretamente na região.

### **3. A título de conclusão: o Cooperativismo no processo de globalização e o papel administração na sociedade cooperativa**

A globalização se mostra um processo de expansão do sistema capitalista, que se caracteriza pela abertura dos sistemas econômicos nacionais, pela majoração do comércio internacional, alargamento dos mercados financeiros, pela reorganização espacial da produção.

Esta tendência, de aspecto positivo, culmina com o surgimento de empregos mais precários e com o descenso dos níveis de renda e poder aquisitivo de classes menos favorecidas do contexto social. Por isto, sob uma perspectiva cooperativa, a globalização pode se apresentar como um fator de esperança, uma oportunidade.

Em linhas gerais, o Cooperativismo, através da Sociedade Cooperativa, se mostra como um agente de valores comuns e compartilhados por uma ação democrática que vislumbra o incremento de oportunidades de melhora na condição existencial dos menos favorecidos.

Diante das peculiaridades do mercado, a Sociedade Cooperativa pode ser vista como uma entidade empresarial com princípios e sinais próprios, que lhe conferem identidade exclusiva (MIRANDA, 2005, p. 98). É desta forma que a Sociedade Cooperativa preserva o algoritmo da competitividade, se integra ao processo de universalização do fazer econômico priorizando o principal capital que fomenta sua constituição, qual seja, o sócio cooperado e sua postura diante do mundo.

No âmago da conjuntura cooperativa, a globalização alcança, também, a responsabilidade pelo ensino e formação do membro da Sociedade Cooperativa, estimulando sua autonomia, potencializando suas capacidades, multiplicando as iniciativas cooperativas e articulando a projeção dos meios adequados ao levante de alternativas próprias à inclusão sócio-econômica, em diferentes recônditos do globo.

Neste contexto, as sociedades cooperativas mais do que as demais sociedades empresárias demandam de uma gestão profissional cujas características de gestão, motivação, treinamento, a comunicação, ad-

ministração participativa e o comprometimento, devem seguir a linha de pensamento cooperativo, porém sem esquecer-se do tipo de mercado globalizado onde as empresas cooperativas estão inseridas.

Passa assim a boa gestão cooperativa ser aquela que assegura a importância do comprometimento com o manter dos princípios cooperativos buscando os alcances dos resultados, criando um vínculo entre associados, a administração da entidade e a comunidade onde se insere a sociedade cooperativa, revelando o perfil democrático da cooperativa, promovendo o estabelecimento de cooperativas sólidas, competitivas e transparentes. (MIRANDA, 2005.)

## Referências

- ARANZADI, D. *Cooperativismo industrial como sistema, empresa y experiencia*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1976.
- AZEVEDO, A.; CONSTANTINO, A.K. e NUNES, M. *Cooperativas Populares e Empreendedorismo: o caso das mantas para subcobertura confeccionadas a partir de embalagens «longa vida»*. Trabalho apresentado no XI Seminário Latino-Americano de Gestão Tecnológica, em Salvador, Bahia, realizado nos dias 25, 26, 27 e 28 de outubro de 2005.
- BRAZ DE OLIVEIRA, Nestor. *Cooperativismo: guia prático*. 2 ed. Porto Alegre: OCERGS, 1994.
- BENEVIDES PINHO, D. *Evolución del pensamiento cooperativista*. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa Limitada, 1987.
- DAHER OLIVEIRA, Ricardo e DAHER, Poliana Maris. *Orientações metodológicas*. Vila Velha. 2007.
- DESROCHE, H. *El desarrollo intercooperativo. Sus modelos y sus combinaciones*. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa Limitada, 1977.
- DIVAR, J. *La alternativa cooperativa: una respuesta ante la crisis*. Barcelona: Ceac, 1985.
- LASSERRE, G. *El hombre cooperativo*. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa Limitada, 1980.
- MIRANDA, José Eduardo e CORRÊA LIMA, Andréa Souza. «Cooperativismo e Universidade: uma perspectiva axiológica para a efetiva construção da cidadania». *Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2008.
- MIRANDA, José Eduardo. «A mediação cooperativa como instrumento para a solução de conflitos: uma proposta para a prevalência dos valores cooperativos». *Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2005.
- PEREZ GRACIA, J. *Iniciación al cooperativismo*. Zaragoza: Federación Nacional de Cooperativas de España-Centro Nacional de Educación Cooperativa, 1975.